

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 2020

Dispõe sobre medidas as trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Insira-se o novo § 6º-B ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, alterado pelo art. 38 da Medida Provisória nº 927 de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38
'Art.3°
§ 6º-B. O Ministério da Defesa, por meio da Força Aérea
Brasileira – FAB, em ação conjunta com o Ministério da Saúde
e com o Ministério da Infraestrutura, ficará responsável pela
logística e pelo transporte dos insumos, dos equipamentos e
dos testes utilizados durante o estado de calamidade pública
em face à pandemia de COVID-19.

JUSTIFICAÇÃO

A doença do Coronavírus 2019 (COVID-19) foi recentemente declarada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS. A contenção da doença mostra-se difícil, considerando o alto índice de contágio e a dificuldade em observar os sintomas típicos em determinados casos.

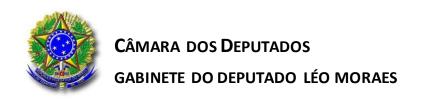
Nesse sentido, a dificuldade de fazer testes na população brasileira é uma realidade enfrentada por todos os estados do País. Estados localizados nas regiões norte e nordeste padecem mais ainda da falta de suporte pela extensão continental do País.

Empresas aéreas cancelaram quase a totalidade de seus voos e isso tem sido um grande obstáculo para que os matérias necessários ao combate da pandemia cheguem aos centros de distribuição.

Muito embora o fretamento de aeronaves esteja sendo utilizado pelo Poder Executivo federal, a medida se mostra insuficiente, pois algumas localidades ainda não registram casos de contaminação por COVID-19 pelo simples motivo de não haver testes para detectar o vírus.

No Estado de Rondônia, apenas neste domingo, 29/3/2020, chegou uma quantidade de testes satisfatória para o começo do mapeamento da epidemia. O motivo de tanta demora não se deu apenas pela falta de testes disponíveis no Brasil, mas sim pela logística de entrega que utilizou avião fretado, o qual passou antes em três outros estados. Defendemos a utilização racional dos recursos públicos. No entanto a pura e simples lógica financeira, neste momento, não é o principal vetor a servir de paradigma.

Portanto, a utilização dos aviões da FAB se torna uma medida de emergência e necessária para o enfrentamento ao estado de calamidade pública que atinge o País. Ações sincronizadas dos Ministérios da Saúde, da Infraestrutura e da Defesa são fundamentais para o atual cenário.



Assim, confiantes da importância da medida, solicitamos aos nobres pares apoio na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de março de 2020.

Deputado Léo Moraes Podemos/RO